

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA - LICENCIATURA

Cindy Alós Nunes

**REGRAS E COMBINADOS:
qual a participação das crianças na elaboração e vivência das regras e
combinados na sala de aula?**

Porto Alegre
1. Semestre
2014

Cindy Alós Nunes

REGRAS E COMBINADOS:

qual a participação das crianças na elaboração e vivência das regras e combinados na sala de aula?

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Comissão de Graduação do curso de Pedagogia – Licenciatura da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Gabriel de Andrade Junqueira Filho.

Porto Alegre

1º Semestre

2014

AGRADECIMENTOS

Ao concluir este trabalho desejo agradecer:

Especialmente aos meus pais, que estiveram ao meu lado durante todos os momentos. Meus grandes incentivadores. Obrigada por todo o apoio, carinho e paciência. Foi com vocês que eu aprendi as lições mais importantes. Foi vendo vocês que eu aprendi a lutar. E meu maior sonho é poder ser, um dia, metade do que vocês são! Amo vocês incondicionalmente.

Aos meus primos queridos, em especial à Lidiane Pereira, Matheus Pereira, Lucas Pereira e Henrique Pinho, que ficaram tão felizes quanto eu quando soubemos da minha aprovação no vestibular, que torceram por mim desde o início desta trajetória acadêmica. E que agora estão tão felizes quanto eu com o término desta etapa na minha vida. Obrigada a cada um de vocês. Obrigada por não me deixarem desistir, por me incentivarem, por me mostrarem que eu era capaz. Obrigada pela preocupação, por cada palavra de carinho. E Matheus, a tão importante música de formatura não teria sido escolhida sem a tua ajuda. Enfim, eu AMO vocês!!!

À todos os meus amigos, por compreenderem minha ausência durante este período dedicado aos estudos... Obrigada pelo carinho e incentivo.

Ao meu orientador Prof. Dr. Gabriel de Andrade Junqueira Filho, pela paciência, dedicação e suas preciosas sugestões que foram imprescindíveis para a realização deste trabalho.

À Graça Vasconcelos, minha tia, minha grande incentivadora. Excelente professora e amiga, obrigada por me ceder tuas turmas para a realização de observações e práticas de ensino. Obrigada pelo incentivo, por cada palavra e gesto de carinho.

À minha dinda Viviane Abreu, por ser minha amiga, cúmplice, confidente. Por dividir comigo este momento de realização de Trabalho Final de Curso. Obrigada por tudo! Por tudo que você representa para mim, te amo!

As queridas amigas de faculdade: Andrele Cerentine, Desiree Marcelo, Laura Martini e Stéphanie Ma, obrigada por todos os momentos. Adoro vocês.

Enfim, a todos os amigos e familiares pela crença e confiança em mim concedidas, que sempre me motivaram ao longo da graduação.

*Era uma vez uma professora maluquinha.
Na nossa imaginação ela entrava voando
pela sala (como um anjo),
E tinha estrelas no lugar do olhar.
Tinha voz e jeito de sereia, e o vento
soprava o tempo todo nos cabelos (na nossa
imaginação).
Seu riso era solto como um passarinho.
Ela era uma professora inimaginável
(Imagina!).
Para os meninos ela era uma artista de
cinema.
Para as meninas, a Fada Madrinha...
(Ziraldo)*

Para Marta, minha querida professora do “prézinho”, motivo pelo qual me inspirei e me tornei, também, uma professora. As lembranças são as melhores, as recordações as mais carinhosas possíveis. Só posso agradecer à vida o privilégio de ter tido uma professora inesquecível.

RESUMO

Diante da percepção de que as regras de convivência são imprescindíveis à vida em sociedade, sobretudo na escola, este trabalho tem como foco principal analisar como se dá a construção das mesmas no ambiente escolar. Para tanto, num primeiro momento, vale-se de referenciais teóricos baseados nos estudos de Jean Piaget, Rubem Alves, Ulisses Ferreira de Araújo e Yves de La Taille. Em seguida, realiza pesquisa de cunho qualitativo junto a uma professora e seu grupo de alunos do terceiro ano do ensino fundamental de uma escola da rede pública estadual da região metropolitana de Porto Alegre. O objetivo foi analisar como educadora e educandos concebem, elaboram e exercitam a questão das regras e combinados no dia a dia de sala de aula. A análise aponta que o grupo elabora as regras de forma coletiva e democrática, porém alguns alunos apresentam dificuldades em cumpri-las. A professora, por sua vez, busca através da imposição das mesmas discipliná-los. Neste grupo, as regras perdem seu sentido de cidadania e giram somente em torno da questão da (in) disciplina. É importante ressaltar que mesmo sendo elaboradas, planejadas e acordadas por e entre todos, nem sempre são cumpridas o tempo todo e por todos. Isto é, construir regras e respeitá-las são ações que se desenvolvem de maneira gradual, e, assim como em qualquer outro processo de aprendizagem, exigem tempo, acompanhamento e perseverança, tanto por parte das crianças quanto da professora.

Palavras-chave: Regras. Autoridade. Limites. Autonomia. Ensino Fundamental.

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	7
2 AFINAL, O QUE SÃO REGRAS? BUSCANDO DEFINIÇÕES.....	10
2. O QUE DIZEM OS AUTORES.....	10
2.2 REGRAS E ESCOLA: EM BUSCA DE VALORES.....	13
2.3 AUTONOMIA E AS REGRAS: UM CAMINHO A PERCORRER.....	16
3 PERCURSO METODOLÓGICO.....	19
3.1 PLANEJANDO A VIAGEM.....	19
3.2 PRIMEIRA PARADA: A ESCOLA.....	20
3.3 SEGUNDA PARADA: CONHECENDO O GRUPO.....	21
3.4 TERCEIRA PARADA: OS INSTRUMENTOS DE GERAÇÃO DE DADOS.....	22
4 O ETERNO DESAFIO ENTRE O SABER E O FAZER.....	26
4.1 COM A PALAVRA A PROFESSORA.....	26
4.2 O QUE DIZEM AS CRIANÇAS.....	28
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS.....	39
APÊNDICES.....	42
APÊNDICE A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO.....	42
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO.....	44
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO.....	46
ANEXOS.....	48
ANEXO 1 – FOTOS DAS PRODUÇÕES FEITAS PELOS ALUNOS PARA CONSENTIR COM A ENTREVISTA.....	48

1 APRESENTAÇÃO

Regras e combinados. Falando ou ouvindo parece bem simples, pois, geralmente, é uma questão bastante presente na rotina das escolas, porém o tema é complexo e merece atenção. Semelhante a um manual de instruções: “todo mundo sabe o que é um manual. Quando abre um sabe o conteúdo que vai encontrar, pois ele é sempre de... ou para...” (CORAZZA, 2002). Ele explica, ou melhor, indica a maneira correta de procedermos para realizar uma tarefa, seja como manusear um celular novo (APERTE NO VERDE PARA ATENDER A LIGAÇÃO) ou fazer uma pipoca de micro-ondas (ESTE LADO PARA CIMA).

As regras no ambiente escolar (ou fora dele) também podem ser lidas como um manual de instruções, pois são formulações verbais, ou escritas, precisas, que nos dizem com clareza o que devemos ou não fazer. Temos como exemplo: “não roubar”, “não matar”, “não agredir” (LA TAILLE, 2006). É bem mais complexo o entendimento a respeito, pois de acordo com o dicionário Aulete Digital, “regra é uma lei, um costume que dirige, orienta e regula procedimentos”, contudo, não é possível a existência de regras que regulamentem e dirijam *todas* as situações, tamanha a complexidade das relações, sejam elas de âmbito pessoal ou não, e as diversas possibilidades de cada situação nos diferentes contextos em que se apresentam, seja no ambiente escolar ou no convívio em sociedade como um todo.

Quando pensamos na escola e no modo como está estruturada nos dias de hoje, somos levados a refletir e questionar sobre as suas regras e o modo como são construídas. Para isso, é preciso buscar uma definição: afinal, o que são regras? O verbete no dicionário esclarece bastante, mas não dá conta da complexidade dos contextos nos quais esta palavra está envolvida, sendo necessário, portanto, aprofundar os estudos e realizar novas investigações.

Para Piaget (1994), a construção de regras está intimamente vinculada à construção da moral. Para esse autor, a moral constitui-se de um sistema de regras elaborado pela própria sociedade com a finalidade de reger a conduta da coletividade. Nesta perspectiva, La Taille (2002, p. 25) afirma que, “em qualquer forma de organização social, limites são colocados, deveres são exigidos”, e ainda esclarece que:

[...] a regra em si não diz nada. As escolas não conseguem obediência porque seus princípios não ficam claros [...] quem garante a moralidade é o indivíduo, portanto deve haver um sentimento de obrigatoriedade "interno", que pode ser de "medo" ou de "respeito". Na escola não vemos educação moral, mas imposição de regras [...] (LA TAILLE, 2005, p.1).

As regras, de acordo com os autores citados, precisam ser construídas cuidadosamente, pois elas interferem na qualidade das relações interpessoais. Torna-se importante a discussão de por que e como elaborar as regras para que as mesmas sejam respeitadas e cumpridas pelos alunos, por compreenderem a sua real intenção e importância na convivência cotidiana e nas vivências do grupo e não apenas por obediência ou medo. A autoridade baseada no medo não se sustenta na rotina escolar, visto que, sempre que possível, as regras são transgredidas. Não é possível disciplinar os alunos através do medo e das ameaças, mas sim buscar alternativas efetivas para lidar com as questões de (in) disciplina, visando uma convivência harmoniosa e respeitosa.

Quando as crianças participam da elaboração das regras que orientam seu grupo, elas apresentam mais facilidade de cumprir e aceitar o que foi definido, pois se sentem efetivamente pertencentes aquele grupo. Por outro lado, quando recebem as normas de maneira imposta, sem terem o direito de opinar sobre sua relevância, um sentimento de revolta surge, e as regras impostas são transgredidas. No momento em que as crianças percebem que suas opiniões são ouvidas e valorizadas e que podem participar das decisões do grupo, elas tendem a respeitar e aceitar de maneira mais efetiva as regras de convivência. Deste modo, na rotina escolar, as crianças se sentirão mais valorizadas e respeitadas se puderem participar da elaboração das regras e das decisões do seu grupo. É o que veremos mais detalhadamente ao longo deste estudo.

A realização deste trabalho se deu por dois caminhos metodológicos distintos e complementares: inicialmente, foi feito um levantamento bibliográfico acerca da temática das regras e, num segundo momento, foram realizadas entrevistas com uma professora e seu grupo de alunos, crianças com idades entre oito e nove anos, do terceiro ano do ensino fundamental, de uma escola da rede pública estadual da região metropolitana de Porto Alegre.

Apresentamos, portanto, este estudo, organizado pelos seguintes capítulos: no Capítulo I, é exposto um breve levantamento de definições sobre regras, problematizando-as; no Capítulo II, temos os pressupostos teóricos em que a

pesquisa foi baseada e; no Capítulo III, descreveremos pormenorizadamente o caminho metodológico percorrido, bem como, as características da escola e do grupo sujeito da pesquisa, seguido das análises das entrevistas realizadas. Por fim, encerramos com as considerações sobre o conhecimento produzido a partir da realização deste estudo.

2 AFINAL, O QUE SÃO REGRAS?

Neste capítulo apresentamos os pressupostos teóricos utilizados para a escrita deste trabalho.

Entre os muitos estudiosos que pesquisam (ou pesquisaram) sobre o tema escolhido para o desenvolvimento deste trabalho, elegi alguns para me acompanhar nesta ‘aventura’ de ‘tecer um TCC’. Dentre eles destaco: Jean Piaget, que explica sobre a constituição da moral e da autonomia na criança; Rubem Alves, que relata a sua experiência na Escola da Ponte, mostrando o impacto positivo de uma prática pedagógica pautada na autonomia, visando construir uma educação para a cidadania; Ulisses Ferreira de Araújo, que especifica os caminhos que as crianças percorrem até a compreensão das regras, relacionando-os com a constituição da autonomia; e Yves de La Taille, que discursa acerca das regras e dos limites e da importância de ambos na formação ética das crianças.

2.1 O QUE DIZEM OS AUTORES

Refletindo sobre as concepções dos referidos autores, pode-se afirmar que as regras correspondem a um conjunto de prescrições de comportamento que tem por finalidade ‘disciplinar’ a convivência. As interações entre os indivíduos não obedecem ao acaso: são nas regras sociais que se encontram as bases necessárias à interação social geral.

Em grande parte, os grupos sociais, como família e escola, seguem normas preestabelecidas pelas figuras de autoridade (geralmente pessoas mais velhas como, por exemplo, pais e professores), que são reforçadas por sanções de várias ordens, de sentido positivo ou negativo, que vão desde a recompensa à desaprovação informal, até a punição formal.

De acordo com Hannah Arendt (ARENDDT apud OHLWEILER & FISCHER, 2013, p. 227) a principal característica do conceito de autoridade, é a legitimação: “uma pessoa só se torna uma autoridade quando sua figura e seus atos são legitimados pelo sujeito em relação ao qual ela (a autoridade) é exercida”.

A ideia de que a autoridade é conquistada através da força choca-se de forma radical com a concepção arendtiana, que diz que “exatamente ali onde a força é usada é que a autoridade fracassa [...]. A autoridade situa-se como um ato legitimado, com naturalidade e sem a necessidade do uso da força para tornar-se reconhecida” (ARENDDT apud OHLWEILER & FISCHER, 2013, p. 227).

Segundo o pensamento de Yves de La Taille (1999), ter autoridade supõe saber algo sobre algum assunto específico sabendo transmitir com credibilidade sem ser preciso o uso da força ou da ameaça para que se realize o que for solicitado.

Quando as crianças começam a frequentar a escola, o primeiro desafio que enfrentam é se submeter à nova figura de autoridade: O professor. Essa transição de figura de autoridade dos pais (ou responsáveis) para o professor é um período de tensão e confusão para as crianças, visto que em seu grupo familiar elas estão submetidas à figura de autoridade dos seus familiares, e, existe entre eles um vínculo natural de autoridade, pois existe uma forte relação de afeto que faz com que, embora muitas vezes não compreendendo e não aceitando algumas regras, as crianças as cumpram por acreditarem que elas são legítimas, pois partiram de uma pessoa próxima, do adulto por quem a criança tem admiração e afeto, e que aos seus olhos ‘sabe tudo’.

Quando se chega à escola a situação muda. A autoridade sai da família e vai para o professor, um adulto por quem a criança, num primeiro momento, não tem vínculos afetivos. O professor é um adulto desconhecido. Então, como o reconhecer como figura de autoridade?

Em casa a criança age de determinado modo, cumpre as tarefas e regras estipuladas. Na escola, contudo, esta realidade se modifica, e a indisciplina aparece. De acordo com Aquino (1996), os comportamentos indisciplinados são simplesmente uma tentativa de impor a própria vontade sobre a vontade do grupo ao qual está inserido. Isso acontece devido ao fato de que, geralmente a família se adequa e se transforma para a chegada da criança, porém a escola não. É a criança que necessita se adequar e se ‘encaixar’ para se inserir neste novo grupo, com novas regras, e é aos poucos que a criança vai conhecendo e entendendo como este novo grupo funciona.

Yves de La Taille (1999) em seu vídeo sobre o que são regras conceitua as mesmas como formulações verbais que dizem com clareza o que se deve ou não fazer. Não existe atividade humana em que não haja normas, seja no esporte, na

poesia, na culinária, em qualquer lugar. Elas são inevitáveis, pois sem elas não haveria organização social. Embora as regras sejam preciosas, porque organizam, dizem com precisão o que se deve ou não fazer, elas carecem de qualidades: dizem o que fazer, mas não explicam porque fazer. Outra limitação das regras é que existem situações para as quais não existem regras. Obviamente, a pluralidade cultural existente no mundo limita a coerência e o significado dos comportamentos aos contextos para os quais elas são válidas.

As regras são uma espécie de 'linha' orientadora que auxilia a governar as instituições sociais. Por isso, elas são essenciais para a compreensão das interações sociais. A aplicação das mesmas faz, assim, parte do processo da integração de um indivíduo em diversos grupos (família, escola, círculo de amigos etc.) que compõem a sociedade.

Piaget (1994) afirma que a moral constitui-se de um sistema de normas elaboradas pela própria sociedade com a finalidade de reger a conduta da coletividade. A essência de toda a moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por essas regras. Elas possuem características próprias que as difere de outros tipos de regulamentos (como leis, decretos, e etc.). Assim, Piaget considera que as mesmas possuem duas características: são coletivas e exigem regularidade. Afim com essa concepção, Macedo (1994) elucida que as regras são regidas por alguns princípios: flexibilidade, adequação às necessidades dos grupos, participação ativa dos integrantes na sua elaboração, regularidade e cumprimento por parte dos indivíduos que os integram.

Sabemos que, para viver em sociedade, precisamos nos adequar a uma série de normas e valores, os quais, indiscutivelmente, tornam-nos cidadãos inseridos e pertencentes a um grupo social. Nesta perspectiva,

[...] os 'limites' implicados pelas regras não são apenas interpretados no seu sentido negativo: o que não pode ser feito ou ultrapassado. Devem também ser entendidos no seu sentido positivo: o limite situa, dá consciência de posição ocupada dentro de algum espaço social – a família, a escola, e a sociedade como um todo [...] (LA TAILLE, Yves, 1994, p.9).

Assim, é necessária uma maior abstração, ponderando sobre “o que está implícito por trás das regras”, no que elas se baseiam, isto é, os princípios que as orientam. Então, a escola, como um espaço de coletividade, tem o dever de possibilitar aos alunos uma educação pautada na cidadania e nos valores, preparando-os para a autonomia responsável.

A seguir, veremos como as regras vêm sendo constituídas na escola em geral, traremos o exemplo de como a Escola da Ponte constrói as suas regras de convivência e lida com as questões de indisciplina.

2.2 REGRAS E ESCOLA: EM BUSCA DE VALORES

A sociedade, mais especificamente a escola, em sua constante transformação, nem sempre consegue seguir as modificações dos valores sociais e refletir sobre como estamos contribuindo no processo formativo das crianças. As consequências da globalização, por exemplo, ao partilhar com tamanha velocidade valores diversificados de e entre culturas distintas, exigem que o processo escolar incentive e propicie reflexões acerca da importância dos valores solidários como o respeito mútuo, o companheirismo e tantos outros tão consideráveis para a vida em sociedade.

A constituição de valores na escola é uma temática que merece a atenção dos educadores e dos pesquisadores de educação, visto que esse espaço não é neutro, mas sim promotor de encontros cheios de significados sobre as relações humanas. As crianças permanecem grande parte do seu tempo na escola, e esse é o lugar adequado para planejar, organizando intencionalmente o máximo possível de situações que as possibilitem refletir acerca de suas ações, bem como sobre o que essas refletem na vida dos outros e vice-versa. Tais práticas têm (ou teriam) como objetivo a criação de espaços e situações para que as crianças tornem-se sujeitos autônomos, responsáveis e conscientes pelos seus atos.

Deste modo, ao refletir sobre a realidade escolar e a maneira como são vivenciadas as relações entre os sujeitos inseridos neste espaço, torna-se necessário ampliar o olhar e compreender que cada sujeito é um ser singular, que age no mundo de acordo com a maneira que o compreende e como dele participa por meio das interações e relações sociais.

[...] Sabemos que, para viver em sociedade, precisamos nos adequar a uma série de normas e valores, os quais, indiscutivelmente, nos tornam cidadãos

inseridos e pertencentes a um grupo social [...] (HASHIMOTO, Cecília Lacoconi¹).

O ambiente de uma sala de aula deve ser agradável e prazeroso, de modo que promova relações estimuladoras de desenvolvimento da criança com o professor, com os estudos, com as demais crianças e com as regras – buscando, por meio disso, estabelecer um bom convívio no ambiente escolar, estreitando as relações de respeito, considerando a individualidade e o espaço das pessoas que convivem neste ambiente.

As escolas, em grande parte, já apresentam em seu regimento uma relação de regras gerais; regras essas que vêm de tempos anteriores. Assim, torna-se necessário que tais regras sejam analisadas e atualizadas em relação à finalidade que possuem. Por exemplo: se são legítimas, democráticas e justas, numa atividade coletiva que proporcione momentos de reflexão sobre a indispensabilidade de cada regra e se existem argumentos convincentes para a efetivação das mesmas.

A Escola da Ponte, localizada em Vila das Aves (Conselho de Santo Tirso, Portugal) é um exemplo de educação para a cidadania. Dirigida há muitos anos por José Pacheco, ela é um espaço singular, compartilhado por todos, sem separação por turmas, idades, disciplinas. Todos partilham de um mesmo mundo. Grandes e pequenos são parceiros na ‘viagem’ de aprender. Todos se ajudam. Não existe competição: existe cooperação, o ensino e a aprendizagem são esforços coletivos, são expressões de solidariedade. Mais do que aprender conteúdos tradicionalmente escolares, relativos às áreas de conhecimento, as crianças aprendem valores.

Na discussão atual, os valores já são considerados conteúdos, tanto quanto atitudes e procedimentos. César Coll (1986) expôs uma organização de “novos conteúdos”, que foram dispostos em: conceituais, procedimentais e atitudinais. Os valores se “encaixam” nos conteúdos atitudinais, e, pode-se destacar como exemplo: a cooperação, a solidariedade, o respeito, e a ética. É importante ressaltar que tais conteúdos estão arraigados nas relações afetivas e de convivência, e, de maneira alguma devem ser desconsiderados pela escola como conteúdos importantes de serem abordados.

Rubem Alves (2012) conta em seu livro ‘A escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir’, que na Escola da Ponte:

¹ Cecília Lacoconi Hashimoto, pedagoga e escritora do Blog: Psicopedagogia e educação. <http://ceciliaiacoconi.webs.com/aticanossadecadad.htm>

[...] São as crianças que estabelecem as regras da convivência: a necessidade do silêncio, do trabalho não perturbado, de se ouvir música enquanto trabalham. São as crianças que estabelecem os mecanismos para lidar com aqueles que se recusam a obedecer às regras. Poiso espaço da escola tem de ser como o espaço do jogo: O jogo para ser divertido e fazer sentido, tem de ter regras. [...] A vida social depende de que cada um abra mão da sua vontade, naquilo em que ela se choca com a vontade coletiva. E assim vão as crianças aprendendo as regras da convivência democrática [...] (ALVES, 2012, p. 69-70).

Para os problemas de indisciplina, as crianças da Escola da Ponte introduziram um tribunal. 'Aquele que desrespeita as regras de convivência por elas mesma estabelecidas tem de comparecer perante esse tribunal. Sua primeira pena é pensar durante três dias sobre seus atos. Depois ele retorna, para dizer o que pensou' (ALVES, 2012, p.48).

As crianças da Escola da Ponte também criaram uma assembleia para discutir os problemas da escola e propor sugestões. Esse concílio se reúne uma vez por semana, e é organizado de tal maneira que ninguém interrompe quando alguém está falando, e isso é uma lei que as próprias crianças estabeleceram: está escrito na lista de "Direitos e Deveres". Quem deseja falar levanta a mão e aguarda a indicação do presidente.

O que impressiona nesta escola é o valor que se dá à criança. Elas têm ouvidas suas opiniões e propostas, que são aceitas em suas diferenças. A Escola da Ponte é um local de encontros. "De encontros de pessoas com uma ideia de educação bem diferente da ideia que muitos têm para a educação de crianças. Não surpreende por isso que as crianças dessa escola reclamem alguns direitos, mas cumpram vários deveres." (ALVES, 2012, p.81).

As 'crianças da Ponte' não são educadas somente para a autonomia e sim para, através dela, no ensejo de uma liberdade pautada na exigência da responsabilidade. Esta escola visa formar cidadãos democráticos e participantes, sensíveis, solidários, tolerantes e autônomos.

A escola necessita de normas que orientem seu funcionamento e a convivência entre os diferentes elementos que nela atuam. Deste modo,

[...] as normas deixam de ser vistas apenas como prescrições castradoras, e passam a ser compreendidas como condição necessária ao convívio social. Mais do que subserviência cega, a internalização e a obediência a determinadas regras pode levar o indivíduo a uma atitude autônoma e, como consequência, libertadora, já que orienta e baliza suas relações sociais [...] (REGO, 1996, p.86).

Na sequência, será problematizada a relação entre as regras e a autonomia. Isto é, regras e autonomia estão ligadas entre si, pois em decorrência do cumprimento e entendimento das regras é que o indivíduo alcança a autonomia.

2.3 AUTONOMIA E AS REGRAS: UM CAMINHO A PERCORRER

Autonomia é autogoverno, é “a submissão do indivíduo a uma disciplina que ele próprio escolhe e a constituição da qual ele elabora com sua personalidade” (PIAGET, 1998).

A palavra autonomia significa, etimologicamente, o poder de dar lei a si próprio: *autos* (por si mesmo) e *nomos* (lei, regra). Embora essa definição nos dê a ideia de que tal poder esteja concatenado à autossuficiência, não deve ser entendido como tal, absoluto e ilimitado.

Na filosofia, a concepção de autonomia está ligada à liberdade que o indivíduo tem em conduzir livremente sua vida, realizando de forma racional suas próprias escolhas.

Inicialmente pensado pelos gregos, o conceito de autonomia estava ligado à autodeterminação das cidades e unidades políticas, e, com o passar dos tempos, foi sendo repensado e reelaborado por diversos pensadores, adquirindo mais força a partir do filósofo Kant (1724-1804).

Piaget explica em seu livro intitulado “*O Juízo Moral na Criança*” (1994), o desenvolvimento da prática e da compreensão no respeito às regras. Através de tal leitura foi possível compreender que a concepção de autonomia para o autor é o terceiro estágio do desenvolvimento moral da consciência das regras – os dois primeiros são a anomia e a heteronomia, os quais retomaremos logo mais adiante –, e é inseparável do desenvolvimento cognitivo. Os dois processos são construções pessoais e, geralmente, ocorrem em um grupo de relações e interações entre o indivíduo e o meio ao qual está inserido (FÁVERO, 2005).

Para alcançar a moral autônoma, o indivíduo necessita possuir a capacidade de construção de uma lógica operatória. Piaget (1994) diz que a primícia da educação moral é de incumbência dos adultos, professores e pais, que devem colocar limites à ação de suas crianças e/ou alunos. O autor esclarece que “toda

moral consiste num sistema de regras e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por essas regras” (PIAGET, 1994, p.23). O indivíduo assimila o respeito por essas regras que não são inatas; em outras palavras, o respeito pelas regras “tem que ser construído pelo indivíduo por meio de suas interações com o mundo” (ARAÚJO, 1996, p.106).

De acordo com as palavras de Araújo (1996), fundamentadas na teoria piagetiana, o caminho que a criança percorre em direção às regras inicia-se com a anomia, passa em seguida, pela heteronomia, e finalmente chega à autonomia.

[...] O sufixo *nomia*, comum nos três termos, vem do grego *nomos*, e significa regras. Assim quando se fala de *a-nomia*[...] refere-se a um estado de ausência de regras, características, por exemplo, do recém-nascido, que não concebe as regras da sociedade e não sabe o que deve ou não ser feito. O prefixo *hetero* significa vários, e isso leva a uma compreensão da *hetero-nomia* como um estado em que a criança já percebe a existência das regras, mas sua fonte (de onde emana) é variada; ela sabe que existem coisas que devem ou não ser feitas, e quem as determina são os outros. Finalmente tem-se a *auto-nomia*, e significa que o sujeito sabe que existem regras para se viver em sociedade, como sugere o prefixo *auto* [...] (ARAÚJO, Ulisses Ferreira, 1996, p.104).

Quando o sujeito atinge o pensamento autônomo, ele compreende a importância e a necessidade das regras para a convivência em sociedade, contudo, para obedecê-las, pondera os elementos relevantes para decidir a maneira de agir mais apropriada a todos. Desta forma, “as regras não se apresentam mais como uma lei exterior, sagrada, enquanto impostas pelos adultos, mas como o resultado de livre decisão, e como digna de respeito na medida em que mutuamente consentida” (PIAGET, 1994, p.60).

Quando as regras partem de alguém por quem as crianças sentem, de forma simultânea, afeto e medo, provavelmente, serão cumpridas. Caso não sejam, seguramente, não será por não terem internalizado seu caráter de justiça, mas por receio da reação de quem as impôs, receio de ‘perder’ seu carinho, seu afeto, assim como, receio de serem punidas. Pode-se, então, assegurar que, “caso a autoridade não esteja presente para punir, tudo se pode fazer desde que ninguém saiba” (FÁVERO, 2005, p.20).

Esse, digamos assim, ‘respeito disfarçado’ pela autoridade é chamado de unilateral, isto é, a criança não compreende a necessidade de a regra imposta ser respeitada, assim como, não questiona a sua legitimidade. Essa regra “é considerada como sagrada, intangível, de origem adulta e de essência eterna; toda

a modificação proposta é considerada pela criança como uma transgressão” (PIAGET, 1994, p.34).

Autônomos, os indivíduos não se sujeitam a qualquer regra procedente da figura de autoridade. Eles avaliam sua legitimidade, visto que, como exposto anteriormente, sujeitos autônomos sabem que a fonte de tais regras estão neles próprios. Isso não significa que se pode fazer o que bem se quer. Não se pode confundir autonomia com liberdade total e absoluta de fazer qualquer coisa, crendo que indivíduos autônomos são aqueles que fazem o que julgam correto de acordo com suas próprias leis (ARAÚJO, 1996). Tal visão (equivocada) de autonomia está mais associada à anomia, em que o sujeito não leva em consideração os demais que são, também, igualmente livres.

Piaget (1994, p.299) ressalta que “só a cooperação leva à autonomia”. Deste modo, autonomia não significa liberdade completa, pois a criança pensa no bem comum levando em consideração as necessidades e pontos de vistas dos demais. Vemos, então, a importância do diálogo no momento do estabelecimento de regras com as crianças, contribuindo assim para um ambiente de respeito mútuo, no qual, tanto professores quanto alunos exercitem a auto regulação e a cooperação.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

“Uma pesquisa é sempre, de alguma forma um relato de uma longa viagem empreendida por um sujeito cujo olhar vasculha lugares muitas vezes já visitados” (DUARTE, 2002, p.140). Seguindo o pressuposto de que a pesquisa se assemelha ao relato de uma longa viagem, o intuito, neste capítulo, é de relatar o percurso metodológico estudado em busca do objetivo de investigar qual a participação das crianças na construção das regras e combinados no ambiente escolar.

3.1 PLANEJANDO A VIAGEM

Este estudo trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, na medida que, de acordo com o pensamento de Dilthey, Flinck e Cols (apud GUNTHER, 2006), “a pesquisa é percebida como um ato subjetivo de construção”. Tais autores afirmam que a descoberta e a construção de teorias são objetos de estudo deste tipo de abordagem.

Outro aspecto da pesquisa qualitativa, ainda segundo esses autores, é que apesar da grande importância de material visual, “a pesquisa qualitativa é uma ciência baseada em textos, ou seja, a coleta de dados produz textos que nas diferentes técnicas analíticas são interpretadas hermeneuticamente” (DILTHEY, FLINCK E COLS apud GUNTHER, 2006).

Além de pesquisa bibliográfica, foi utilizado também, como metodologia para compor este trabalho, entrevistas semi-estruturadas com um grupo de nove crianças, de uma turma composta por dezoito alunos, e uma educadora do terceiro ano do ensino fundamental de uma escola da rede pública estadual de ensino da região metropolitana de Porto Alegre.

Optamos por perguntas semiestruturadas relacionadas ao tema de pesquisa, pois assim seria permitido ficar “mais livre para conduzir as questões, favorecer a relação de interlocução e avançar na problematização.” (ZAGO,

2003, p.299), além de “assegurar informações em maior profundidade do que poderia garantir um instrumento com questões fechadas.” (ZAGO, 2003, p.297).

A seguir, serão apresentados os caminhos percorridos para a realização das entrevistas.

3.2 PRIMEIRA PARADA: A ESCOLA

A escola escolhida para a realização da pesquisa foi uma da rede estadual de ensino da região metropolitana de Porto Alegre. A referida escola situa-se em uma região periférica, de classe média baixa, da cidade de Alvorada, estado do Rio Grande do Sul. A instituição funciona nos três turnos, e, atende por volta de 2.970 alunos, oferecendo ensino fundamental e médio. Ela dispõe de 107 professores titulares de classe, equipe de funcionários de limpeza, do refeitório e da biblioteca. Seu espaço físico é bem amplo: possui três prédios, nove banheiros, 45 salas de aula, salas de vídeo, biblioteca, ginásio de esportes e pracinhas.

Primeiramente, entrei em contato com a escola. Minha escolha pela mesma foi motivada pelo fato de já haver lecionado lá, conhecer a equipe diretiva e saber que a escola seria receptiva fornecendo o apoio necessário para a realização da pesquisa. Foi explicado para a diretora sobre o que se tratava a pesquisa e solicitada sua permissão para a realização da mesma. A escola recebeu e assinou o Termo de Autorização (Apêndice A) permitindo que fossem feitas entrevistas e observações no local.

Depois de concluída esta etapa, conversamos com uma professora do terceiro ano do ensino fundamental, indicada pela diretora da escola, e foi feito o convite, juntamente com seu grupo de alunos, para participarem da pesquisa; foi explicado do que se tratava e de que forma a referida pesquisa seria realizada. Com a resposta afirmativa da professora, o Termo de Consentimento Informado (Apêndice B) foi entregue para que ela assinasse. Em uma conversa com as crianças da turma, houve uma explicação que a entrevista (pesquisa) que seria feita com eles fazia parte de um trabalho que estava sendo desenvolvido para a universidade, e que a participação deles era muito importante. Eles também ficaram sabendo que, para que pudessem participar da entrevista, os pais teriam que

autorizar, assinando um documento (Termo De Consentimento Informado – Apêndice C) que eles deveriam entregar no dia da entrevista. Os Termos de Consentimento Informado foram deixados com a professora para que ela os entregasse as crianças um dia antes da entrevista, para que eles não se esquecessem de trazer.

O restante da tarde foi de observação do grupo. A seguir, segue o relato das percepções sobre a turma.

3.3 SEGUNDA PARADA: CONHECENDO O GRUPO

O público alvo escolhido para a realização da pesquisa é composto por uma professora e seus dezoito alunos, crianças entre oito e onze anos, do terceiro ano do ensino fundamental de uma escola da rede pública estadual da cidade de Alvorada, região metropolitana de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul.

A principal característica desta turma, segundo a professora, é que ela é formada pelas “crianças problemáticas” da escola; são os alunos que “sobraram” no momento da divisão dos grupos, pois os professores regentes dos demais terceiros anos da escola não queriam que tais crianças ficassem em suas turmas. Então, reuniu-se todas essas, ditas “crianças-problemáticas”, e montaram uma turma reduzida, pequena. Os excluídos da escola.

Essa turma é composta por crianças “com diversos problemas”, segundo a professora, desde problemas familiares até distúrbios mentais. Algumas possuem laudos médicos que atestam e especificam suas deficiências, outras estão em processo de investigação visando diagnóstico, em decorrência de suas atitudes na convivência cotidiana. A principal característica da turma é esta: são os excluídos, os “alunos-problemas”, revela enfaticamente a professora entrevistada.

Dentre todas as crianças da turma, Otávio² chamou minha atenção nos momentos em que estive com o grupo pelo modo como se comporta, ou seja, pelas suas atitudes em sala de aula. O menino é uma criança com nove anos de idade que se expressa verbalmente como se possuísse cinco anos, possui um histórico

² Nome fictício.

escolar que revela que mudou de escola diversas vezes, pois, segundo as palavras de seu pai, ‘as professoras não aguentavam’, as reclamações eram diárias e que isso resultava na troca frequente de escola.

Otávio não tem laudo médico, mas a escola já o encaminhou para o atendimento psicológico. Ele não acompanha o ritmo das demais crianças da turma, tem dificuldade em se concentrar, se recusa a fazer as atividades propostas e passa boa parte do tempo ‘implicando’ com os colegas, fazendo gestos desrespeitosos e, pegando materiais das mesas dos demais sem pedir, o que gera desentendimentos e discussões entre eles. Os companheiros reclamam do Otávio, a professora reclama também e tudo que acontece na turma é culpa do menino. Ele, por sua vez, na tentativa de chamar a atenção dos colegas e da professora transgride as regras estipuladas pelo grupo.

A seguir, serão apresentados os instrumentos escolhidos para a geração de dados dessa pesquisa.

3.4 TERCEIRA PARADA: OS INSTRUMENTOS DE GERAÇÃO DE DADOS

Como instrumento para a geração de dados para a realização desta pesquisa, foi adotada a entrevista semiestruturada, isto é, uma conversa entre entrevistado e pesquisador orientada em concordância com os objetivos da pesquisa (QUEIROZ, 1998). Após a escolha deste instrumento e com o objetivo de investigar como se dá a participação das crianças na construção das regras e combinados no ambiente escolar, foram elaborados dois roteiros base (um para a professora e outro para as crianças), com questões que visam contribuir para o andamento da conversa.

Seguem os roteiros:

Roteiro de Entrevista (professora)

Nome:

Idade:

Formação:

Tempo de experiência no magistério:

Jornada de trabalho docente:

Turma (faixa etária) com a qual está trabalhando no momento:

Na sua turma, neste momento do ano, existem regras e combinados entre você e as crianças, para organizar a convivência entre vocês?

E na escola, existem regras que são comuns a todos? Quem as elaborou? Em que contexto elas foram elaboradas? Como elas são/foram comunicadas e trabalhadas com as crianças? O que pensam as crianças sobre as regras gerais da escola? Qual o impacto destas regras gerais da escola na vida e na opinião das crianças? E em relação aos pais, familiares e responsáveis pelas crianças? O que eles pensam a este respeito?

Qual o sentido de trabalhar regras e combinados com as crianças?

Como você organiza o trabalho de modo a estabelecer as regras de convivência na turma? A partir de que práticas você estabelece essas regras de convivência com as crianças? Qual a participação das crianças na elaboração desse material? Qual o uso e a eficiência desse material no dia a dia da vida do seu grupo de alunos?

As crianças participam deste processo (de estabelecimento de regras)? Se sim, a partir de que momento? E qual seria a participação das crianças?

São produzidos materiais (livros, cartazes e etc) relativos às regras e combinações? Se sim, qual o sentido deste material?

Qual a relação das crianças com essas regras e combinados ao longo do ano letivo? Elas são incorporadas imediatamente ou precisam ser recobradas, lembradas? Que trabalho você realiza no sentido de transpor as regras e combinados “do papel” para as atitudes cotidianas das crianças?

Quais regras e/ou combinados têm sido motivo de retomadas e novas conversas? Por que, na sua opinião, estas e não outras?

Você considera importante o uso dessas estratégias no dia a dia em sala de aula? Por quê?

Você acredita que regras e combinados são sinônimos ou coisas diferentes?

Na sua opinião, de que maneira essas regras e combinados auxiliam no processo de aprendizagem, tanto de conteúdos escolares como do juízo moral das crianças?

Roteiro de Entrevista (crianças)

Existem regras nessa turma?

Que regras são essas?

Para que essas regras servem?

Quem “inventou” as regras da turma?

Como essas regras foram elaboradas?

Como vocês tomaram conhecimento dessas regras?

Vocês participaram da elaboração dessas regras? Quais foram as contribuições de vocês na elaboração dessas regras?

O que vocês pensam sobre tais regras?

E combinações são feitas nesta turma? Se sim, como são feitas?

Elas são diferentes das regras?

Vocês participaram da elaboração dessas combinações? Quais foram as contribuições de vocês na elaboração dessas combinações?

Vocês acham que regras e combinações são a mesma coisa ou são coisas diferentes? Por quê?

Vocês acham que as combinações são importantes na/prá turma? Por quê?

Vocês refazem ou criam combinações e regras novas? Como isto é feito?

E na casa de vocês, tem regras e tem combinados? Quais são elas? Acontece de vocês não concordarem com algumas delas? E quando isso acontece, o que os pais de vocês dizem? Quem elaborou essas regras e combinados? Vocês participaram da elaboração de algumas delas? Vocês se lembram de participar, de decidir e definir junto com os pais de vocês sobre questões específicas do dia a dia de vocês? Quem se lembra de algo e pode dar um exemplo?

As questões apresentadas acima foram utilizadas de forma não linear, usando-as conforme as respostas dos entrevistados. Outras questões também foram acrescentadas quando se fazia necessário, para a melhor compreensão do pensamento dos entrevistados, e, também, para fomentar a discussão, pois, concordando com os argumentos de Zago (2003, p.303), “a flexibilidade faz parte da lógica do método qualitativo e da entrevista compreensiva”.

As entrevistas com as crianças foram realizadas na sala de apoio pedagógico da escola, para não atrapalhar o andamento das atividades na sala de aula, e, também, para se ter um ambiente que as deixassem mais à vontade para conversar. Foram gravadas em áudio e tiveram duração entre cinco e trinta minutos, de acordo com a desinibição e a personalidade dos entrevistados (algumas crianças se exprimem falando mais, outras mais tímidas falam menos, se expressando através de gestos e olhares, necessitando que repetisse as questões, perguntasse a mesma

coisa de outros jeitos, na tentativa de que se pronunciassem verbalmente, nem sempre com sucesso).

Todas as entrevistas com as crianças foram realizadas no mesmo dia na escola; com a professora foi realizada dois dias antes (sábado, 26 de abril) na residência da mesma, pois era o único dia disponível na sua agenda devido a sua rotina de estudos e aulas durante a semana.

Ademais, foram assinados pela professora e pelos responsáveis das crianças que concordaram com a gravação e transcrição das mesmas, os respectivos Termos de Consentimento Informado, que garantem o sigilo ético da identidade e das informações produzidas por esses sujeitos.

Também foi providenciado o Termo de Assentimento (APÊNDICE B) para as crianças. No momento da entrevista com as crianças pedi àquelas que quiseram participar da pesquisa, e cujos pais tinham dado o consentimento para que participassem da mesma, que escrevessem ou fizessem um desenho (ANEXO 1) que representasse de alguma maneira que elas concordavam em participar, pois a intenção é fazer pesquisa com, e não sobre crianças e, portanto, é preciso que as crianças, elas mesmas, registrem diretamente, de alguma maneira, sua concordância para participar da pesquisa e dos momentos e situações de geração de dados (CORSARO, 2005).

Para a análise dos dados, as entrevistas foram transcritas e, posteriormente, as respostas foram agrupadas por questões, propiciando a aproximação e a articulação das mesmas.

4 O ETERNO DESAFIO ENTRE O SABER E O FAZER

No capítulo seguinte, serão expostos os dados gerados a partir das entrevistas realizadas com algumas análises.

4.1 COM A PALAVRA, A PROFESSORA

A professora em questão tem 44 anos de idade, formada em Magistério e Pedagogia, leciona há 24 anos e tem jornada de trabalho de 40 horas semanais. Neste ano, pelo turno da tarde, está lecionando para crianças com idade entre oito e doze anos, do terceiro ano do ensino fundamental, e a adolescentes e adultos entre quinze e sessenta e nove anos da Educação de Jovens e Adultos. Esta pesquisa foi realizada com seu grupo de alunos do terceiro ano do ensino fundamental.

Foi questionado à professora se, neste momento do ano (abril), existiam regras e combinados entre ela e as crianças. Ela disse que sim, que as regras e combinados foram construídos no início do ano letivo em parceria entre ela e as crianças, e que vão sendo modificados no decorrer do ano conforme as necessidades do grupo.

Ao ser questionada sobre a existência de regras na escola, como e por quem foram elaboradas, como foram passadas às crianças, como os pais reagem a essas regras, ela relatou que a escola possui regras, que elas são mais gerais, referente aos horários, como por exemplo, horário de entrada e saída, horário do lanche, do recreio, das aulas especializadas e etc. Ela conta que é difícil precisar quem estipulou tais regras e que as mesmas vêm de anos.

Ela ainda contou que as crianças e seus responsáveis estão acostumados com as regras da escola, pois quando os educandos ingressam na instituição é feita uma reunião entre a equipe diretiva e o corpo docente e são explicadas as rotinas e regras adotadas pela escola. Disse que os responsáveis pelas crianças apreciam as regras impostas pela escola, pois elas são flexíveis e negociáveis, que sempre que se faz necessário os pais conversam com a equipe diretiva que flexiona e adéqua os

horários dependendo da situação do aluno. E que gostam das regras, pois, elas mantêm a escola organizada e garantem seu bom funcionamento.

Ao ser perguntada sobre o sentido de trabalhar regras e combinados com as crianças e a professora, ela respondeu que acredita que as regras e combinados dão limites às crianças, dão noção de organização e respeito; e que seria impossível fazer um bom trabalho com muitas crianças juntas sem que houvesse regras que norteassem a convivência entre todos.

Ao ser indagada sobre o modo como organiza este trabalho de construção das regras e combinações, se as crianças participam da elaboração das mesmas e se são produzidos materiais relativos. A professora evidenciou que as regras da turma são elaboradas por ela em parceria com as crianças, de acordo com o pensamento delas sobre as necessidades do cotidiano da turma. Após, são escritas por ela (a professora) uma a uma em um papel pardo, para que posteriormente seja fixado na parede da sala. As crianças assinam essas combinações feitas para se comprometerem com elas.

Foi perguntado a professora se essas regras precisam, em algum momento do ano letivo, ser recobradas, e quais delas têm sido motivo de retomadas e novas conversas. Ela explanou que no decorrer do ano letivo as regras precisam ser reescritas, novos acordos necessitam ser feitos pois, aos poucos, as crianças vão relaxando e acabam esquecendo de cumprir alguns tratados. Disse que as mais comuns de serem esquecidas são as que se referem ao respeito aos colegas, já que é comum as crianças se agredirem verbalmente através de palavras de baixo calão; e à concentração no momento das atividades, visto que em função das conversas e brincadeiras as tarefas não são realizadas com a concentração necessária, são feitas “de qualquer jeito” para serem concluídas o mais rápido possível.

Ao ser consultada se ela considera importante o uso das regras e combinados no dia a dia em seu grupo, e se ela considera que regras e combinados são sinônimos. A professora disse que considera muito importantes tais estratégias (se referindo as regras e combinados) para manter seu grupo organizado, pois, como já havia relatado seu grupo é composto por crianças com diversos “problemas”, a turma é ‘bem difícil’, ela reitera enfaticamente, e o trabalho tem sido árduo, tanto no sentido de ensinar os conteúdos programáticos, quanto de fazer a turma compreender a importância do cumprimento das regras para a cidadania. Argumenta ainda que regras e combinados são sinônimos, e que todos deveriam cumpri-los.

A entrevista foi encerrada questionando se ela acredita que as regras e combinados contribuem no processo de aprendizagem das crianças, tanto na

aprendizagem de conteúdos escolares como no desenvolvimento do juízo moral. A professora afirmou que acredita que sim, em relação ao processo de aprendizagem, visto que situam e organizam as crianças, contribuindo para que a aprendizagem aconteça de maneira orientada. Contribui também para o desenvolvimento do juízo moral das crianças, pois, lhes mostram condutas corretas; modos de serem mais organizados, educados, gentis uns com os outros. Enfim, trabalhar com regras, segundo a professora, dá às crianças noções de cidadania, conscientiza a todos dos seus direitos e deveres.

Concluimos a entrevista com um agradecimento a professora pela oportunidade, e com a solicitação para que relembresse seu grupo sobre a entrevista com os alunos que aconteceria dois dias após este.

A seguir, segue o relato da entrevista com as crianças.

4.2 O QUE DIZEM AS CRIANÇAS.

No dia 29 de abril (durante a segunda ida à escola), aconteceu a entrevista, que contou com uma recepção carinhosa por parte da professora e seu grupo de crianças. A educadora fez a gentileza de apresentar a entrevistadora, anunciando às crianças que esta era a pessoa que iria entrevistá-los e que para que isto ocorresse era necessário que eles colocassem as autorizações (se referindo aos TCI assinado pelos pais) em cima de sua mesa.

Coincidentemente (ou não), a turma estava fazendo a retomada de suas regras, pois, segundo a professora, nos dias anteriores havia ocorrido uma situação bem grave (não especificou o que aconteceu) e, que se a turma não se comprometesse em melhorar e cumprir as regras que elas próprias estipularam, ela iria 'abandonar' o grupo fazendo com que outra professora da escola assumisse a classe.

As crianças estavam bem ansiosas pela entrevista. Queriam que começasse logo. Foi explicado para a turma como seria a dinâmica do trabalho. As entrevistas seriam individuais, mas havia a possibilidade de fazê-las em duplas ou trios. Antes de iniciar as entrevistas, foi solicitado às crianças que possuíam as autorizações dos pais, que fizessem um desenho ou escrevessem algo que representasse que elas

consentiam em ser entrevistadas e, dessa maneira, demonstrariam querer participar da pesquisa ou não. O material necessário (folhas de ofício) foi disponibilizado, e houve tempo para que as crianças realizassem seus desenhos e escritas.

Após, as crianças se organizaram, escolheram suas duplas, e decidiram qual seria a ordem de chamada para que as entrevistas pudessem iniciar. Elas se mostraram muito tranquilas e excitadas na escolha dos seus pares; pela observação foi possível notar que a escolha dos pares foi feita pelo grau de afinidade entre os educandos. Pelo que a professora havia dito, não seria uma surpresa se as crianças se envolvessem em conflitos durante a escolha das duplas, ou que não atenderiam as demandas necessárias durante o questionário, porém, justamente pelo contrário do previsto, não houveram desentendimentos, nem 'badernas'.

Organizada esta etapa, a entrevista com a primeira dupla de foi iniciada. As primeiras entrevistas foram com duas meninas com idades aproximadas (oito e nove anos). Foi explicado que a participação delas era muito importante para a realização de um trabalho que estava sendo desenvolvido na universidade.

A entrevista iniciou questionando as meninas se existiam regras na turma. Elas responderam que sim. Em seguida, questionou-se quais eram as regras. Elas enumeram algumas, como por exemplo: não gritar, não faltar com o respeito à professora, não brigar com os colegas, prestar atenção nas atividades, não soltar "pum" na sala.

Foi perguntado para que serviam essas regras e elas elucidaram que servem para que todos saibam o que não podem fazer. Em seguida, foi questionado quem inventou as regras e elas responderam que as regras foram inventadas pela turma junto com a professora.

Ao serem questionadas a respeito de como elaboraram as regras, elas contaram que cada um diz uma regra e se todos concordarem a professora a escreve no quadro e depois que cada um disser sua regra a professora faz uma leitura e, em seguida, as regras são escritas "*naquele papel bem grandão*" – referindo-se ao papel pardo sobre o qual a professora havia contado – e cada um assina seu nome.

Foi perguntado o que elas pensavam sobre essas regras. Elas responderam que as regras são boas para a sala não virar uma baderna. Em seguida, foi questionado se existem combinações na turma e elas disseram que sim. Demos seguimento indagando como são feitas. Elas responderam que "(...) é assim: A

professora combina com a gente que se a turma se comportar direitinho ela deixa um tempo para gente brincar com a caixa de jogos (...)”.

As meninas recordaram também das combinações acerca dos horários, isto é, em dia de chuva não tem recreio e soltam os alunos mais cedo e quando a professora não pode comparecer a aula eles levam atividades para serem feitas em casa. Foi questionado se essas combinações são diferentes das regras e elas afirmaram que sim, que a professora sempre pergunta o que a turma acha.

Ao serem perguntadas se acham que regras e combinações são a mesma coisa ou são coisas diferentes, elas responderam que são coisas diferentes. A pergunta necessitou ser expandida para maiores explicações então, foi solicitado que elas dissessem o porquê. Elas contaram que sabem que são diferentes, mas não sabem explicar.

Ao serem indagadas se eles refazem ou criam novas regras e como isso é feito, elas responderam que quando as regras não funcionam mais eles se reúnem e fazem novas combinações, tudo isso junto com a professora. Foi questionado o porquê as regras deixam de funcionar. As meninas disseram: “Porque os meninos nunca cumprem as regras e bagunçam a turma”.

Para encerrar, foi sondado se na casa delas havia regras e combinados. Elas afirmaram que sim. Dando sequência, questionou-se se acontece de elas não concordarem com alguma dessas regras. Elas disseram que concordam com todas as regras, pois tudo que os pais falam é verdade e que aquelas regras são necessárias para as coisas que elas mais fazem em casa, como, por exemplo, deixar brinquedos espalhados, não realizar os temas de casa, mexer em coisas que não devem, etc, e porque muitas vezes elas incomodam e são os pais que têm razão.

Foi solicitado que elas contassem quem elaborou essas regras nas suas casas e elas disseram que foram os pais, *“tudo sozinhos”*. Foi indagado sobre a que se referem essas regras e elas disseram que era para ajudar em casa com a organização dos quartos, guardar materiais e brinquedos, horários de banho, tema e computador. A participação das meninas foi agradecida e a entrevista, que teve aproximadamente 20 minutos de duração, encerrada.

A segunda dupla de entrevistados foram dois meninos, sendo um deles Otávio. As perguntas foram as mesmas realizadas anteriormente e as respostas

bem semelhantes, falaram que as regras da turma são elaboradas coletivamente, que não pode bater nos colegas, tem que respeitar a professora, não fazer 'gritaria'.

Além disso, falaram sobre os combinados, que a professora disponibiliza jogos quando a turma se comporta. Enfim, as respostas foram muito semelhantes às das meninas, diferenciando-se apenas nas regras e combinados de casa. Embora os meninos tivessem regras a cumprir, as tarefas da casa não faziam parte da rotina. Têm horários para permanecer no computador e vídeo game e são recompensados (com dinheiro ou passeios) quando cumprem as regras estabelecidas.

Expuseram que não participaram da elaboração das regras de casa, e que não concordam muito com o tempo estipulado para o vídeo game e o computador. Confessaram que por vezes burlam tais regras e que apanham por isso.

A entrevista por várias vezes teve seu foco desviado por conta das colocações de Otávio. Em dado momento ele contou que sua gatinha de estimação havia dado cria, ganhado três gatinhos, mas que um havia morrido. O colega que lhe fazia dupla, por vezes, se irritou com Otávio e proferiu: *"(...) Viu prof não dá, é assim o tempo todo. Na hora da atividade ele atrapalha. Não deixa nossa professora falar... ela fica nervosa. Não dá bola pra ele, vamos continuar (...)"*. Foi explicado para o menino que se aborrecia com as intervenções de Otávio que ele não precisava ficar incomodado, que tínhamos tempo e que seria importante para a pesquisa ouvir o que Otávio tinha a dizer.

No meio dessa nossa conversa, Otávio lembrou que existia outra regra na casa dele. Para espanto geral, a regra era não fugir de casa. Foi questionado ao menino se alguma vez ele já havia fugido e ele disse que sim, que já havia fugido duas vezes. A primeira vez que fugiu pulou um muro de dois metros de altura e quebrou o pé. Dando seguimento, foi indagado para onde ele vai quando foge, Otávio permaneceu em silêncio, e o colega respondeu: *"(...) Ah professora, ele gosta dessas coisas de zumbis, ele foge pro cemitério (...)"*. Foi necessário não esboçar reação nesse momento e procurar agir de maneira natural. Otávio perguntou se gostaria que ele explicasse o que era um zumbi. Foi respondido a ele que não era necessário, pois o assunto já era sabido.

Otávio ainda falou da famosa série americana que trata sobre o universo do terror e em especial de zumbis, que ele adora assistir. Questionou se a entrevistadora gostava, mas a resposta foi negativa, sendo rebatida com um pedido

de explicações que expôs o medo de tais seres. Otávio se mostrou muito surpreso pelo fato de uma “pessoa grande” ter medo.

Em pouco tempo, Otávio inverteu os papéis e passou de entrevistado a entrevistador, talvez querendo estabelecer vínculos e conhecer melhor quem o questionava.

Com todas as perguntas realizadas, foi dada como encerrada a entrevista com os devidos agradecimentos aos meninos.

Foram entrevistadas nove crianças (tanto as que os pais consentiram que participassem da pesquisa quanto às crianças deram o seu consentimento), ou seja, metade da turma, e todas deram respostas praticamente iguais referentes às regras da turma e sua construção, isso indica coerência e apropriação do que é vivenciado no grupo.

Nas duas últimas entrevistas o desabafo de uma menina chamou a atenção. Ela relatou o seguinte: “(...) *Os meninos não cumprem as nossas regras, fazem bagunça, não respeitam a prô. É uma gritaria na sala, se a prô sai bah... eles quase destroem tudo. Ela tá bem triste com a gente, esses dias ela gritou e disse que vai abandonar nossa turma se a gente não melhorar e outra prô vai dar aula pra gente (...)*”.

Analisando os dados gerados, podemos apontar que a questão de gênero (menina x menino) é bem forte na turma. As meninas cumprem regras em casa que os meninos não precisam cumprir; elas seriam mais ‘submissas’ as regras? Por quê? O questionamento acerca deste ponto daria “pano pra manga” para um segundo TCC, mas foi mantido o foco no tema de pesquisa inicial.

Outra análise feita foi que as crianças compreendem que regras e combinações são coisas distintas, mas não sabem explicar o porquê, o que fica evidente na frase dita por uma das meninas: “*Sim, é diferente professora, mas eu não consigo te dizer porque*”. Diferentemente da professora, as crianças consideram que regras e combinados têm sentidos diferentes, embora não saibam – ainda – expressar os motivos que as fazem acreditar nisso

Um ponto analisado é a questão das recompensas obtidas pelas regras cumpridas em casa, - mais especificamente, em relação aos meninos: não precisam ajudar nas tarefas de casa, como por exemplo, arrumar seus quartos, organizar brinquedos e etc. Para os meninos, as regras de casa são, basicamente, relacionadas ao tempo de uso do computador e vídeo game. Já as meninas me

contam que devem manter seus quartos e brinquedos em ordem, assim como devem auxiliar nas tarefas da casa, como varrer, lavar louça e etc.– o que leva a pensar que a resistência em obedecer as regras na escola é gerada pela ‘falta’ do estímulo da recompensa. Os adultos acabam reforçando a heteronomia das crianças ao utilizar castigos (físicos ou psicológicos) para punir ou recompensas como estímulo para o cumprimento das regras, ou seja, o bom comportamento. Ao contrário de quando trocam pontos de vistas e conversam com as crianças sobre a questão, orientando sua ação. O diálogo auxilia as crianças a crescerem de maneira autônoma.

O medo de perder a professora é outro ponto forte da entrevista. As crianças estavam inseguras e nervosas, e a professora esgotada. Enquanto a entrevista com a última dupla de crianças acontecia, houve um desentendimento na sala entre alguns meninos e Otávio. Quando retornamos da sala utilizada, a professora pediu a gentileza de ficar com a turma por um momento, pois ela necessitava ir conversar com a diretora. Foi questionado o que havia acontecido e ela informou que ocorreu um desentendimento entre os meninos, e disse que Otávio tinha sido muito agressivo com ela, e que ia até a direção para que o pai dele fosse chamado. O clima na sala estava tenso, as crianças diziam a todo o momento: *“(...) Agora a professora vai embora. Por tua causa Otávio, a professora vai sair da nossa turma (...)”*.

Foi necessário tentar acalmá-los dizendo que a professora havia ido à secretaria da escola e retornaria em breve. Surgiu a ideia de que eles poderiam fazer uma “surpresa” para a professora para deixá-la feliz, que ela ficaria muito contente se quando retornasse a atividade tivesse feita e bem caprichada. As crianças já sabiam o que era pra ser feito na atividade, e iniciaram o trabalho. A atividade se tratava de um caça-palavras, formação de frases e contas de adição e subtração, baseadas em um livro, intitulado Condomínio dos Monstros, já trabalhado no grupo.

Otávio estava bem nervoso e chorando bastante, foi solicitado a ele sentasse ao lado da entrevistadora para que eu pudesse receber auxílio na atividade. Ao ser questionado do porquê estava chorando, ele respondeu que: *“(...) Porque elas (referindo-se aos adultos da escola; provavelmente, a professora e a diretora) vão dizer que eu tenho problema na cabeça. É sempre assim, nas outras escolas também. Daí eu chego em casa e apanho (...)”*. Foi explicado para Otávio que

ninguém naquela escola ia dizer que ele tinha “problema na cabeça”, que a professora havia ido à secretaria para informar o que tinha acontecido na sala de aula, e conversar com o pai dele para resolverem a situação, e que não era necessário todo aquele nervosismo, dando seguimento com a atividade.

As demais crianças da turma estavam agitadas e solicitavam atenção para que pudessem concluir a atividade. O grupo teve de ser reorganizado, (embora a pesquisa não fosse participante a situação surgiu e foi necessária a intervenção) de modo que as crianças pudessem realizar as atividades se ajudando mutuamente. Foi explicado que naquele momento Otávio precisava de um pouco mais de atenção, e que eles poderiam ajudar os colegas que estavam com dificuldades e que, portanto, poderiam mudar de lugares. Foi ressaltado que não era para fazerem a atividade pelos colegas e sim auxiliá-los. A turma ficou surpresa com a sugestão e diziam: “(...) *Mas tu que é a professora, a gente não pode ensinar (...)*”. Foi explicado que a entrevistadora era naquele momento a professora, mas sendo ela apenas uma e eles eram vários, inteligentes e que tinham condições de ajudar uns aos outros. Organizados, a turma realizou a atividade com empenho, e, por vezes, o silêncio – pelo envolvimento com a atividade que estavam realizando – tomou conta da sala.

Quando a professora retornou disse à Otávio que o pai dele estava esperando, que poderia guardar o material e ir embora. Agradeceu por ter ficado com a turma e se mostrou surpresa pelo comportamento das crianças. Já estava quase na hora da saída, houve a despedida de todos e os agradecimentos pela oportunidade.

Analisando os dados gerados nas entrevistas foi constatado que as regras são construídas coletivamente na turma, porém algumas crianças se mostram resistentes em cumpri-las, e a professora, por sua vez, busca através da imposição das mesmas discipliná-los. Embora os limites sejam imprescindíveis à vida em sociedade, em especial na escola, é necessário ter cuidado na forma de colocá-los. É importante o estabelecimento de um “contrato” entre professor e aluno que “os entrelaça, posicionando-os em relação ao seu outro complementar, bem como delimitando seus respectivos lugares e funções” (AQUINO, 1999, p.134).

Todos que fazem parte do ambiente escolar devem (ou deveriam) seguir as regras que orientam sua estrutura. Porém, para que tais regras sejam cumpridas, elas não devem ser impostas e autoritárias pois, conforme dito anteriormente, a

autoridade pautada no medo e nas ameaças não se sustenta na rotina escolar, visto que sempre que possível, as crianças burlam tais regras; não é possível disciplinar os alunos fazendo-os cumprir regras que, na maior parte das vezes, não são entendidas na sua importância para a organização e bom convívio do grupo, mas desenvolver alternativas efetivas para lidar com as questões de (in) disciplina. Piaget (1999, p.92) diz que: "primeiro é preciso fazer regras, para então compreendê-las, como algo que tem motivos racionais e sociais para existir".

A prática da elaboração de regras deve acontecer no dia a dia escolar, é um trabalho diário, pois mesmo sendo combinadas, planejadas e acordadas entre todos, nem todos as cumprirão. Isto é, construir regras e respeitá-las são ações que se aprendem de forma gradual, e, como em qualquer outro processo de aprendizagem, exigem tempo, acompanhamento e perseverança, tanto por parte das crianças quanto da professora.

A análise do estudo aponta que de fato o grupo elabora suas regras de convivência de maneira coletiva e participativa, as crianças expõem suas opiniões sobre as regras e apontam sua relevância para o grupo; as falas das crianças durante as entrevistas indicam que o grupo tem apropriadas as regras da turma, porém a conduta da professora de buscar discipliná-los através das regras, e das ameaças constantes de deixar a turma fazerem com que as crianças se sintam coagidas, e, como já dito anteriormente, onde a força é utilizada a autoridade fracassa; e, então, as regras neste grupo perdem seu sentido de cidadania, e giram somente em torno da questão da (in) disciplina.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficou evidente no decorrer da pesquisa que a disciplina não pode ser exigida através da imposição de regras por aquele que exerce a autoridade, pois toda a maneira de imposição se torna autoritarismo, e “a ‘indisciplina’ é a filha dileta do autoritarismo e da permissividade. A disciplina referida é a liberdade que, conscientemente exercida, conduz à ordem; não é a ordem imposta que nega a liberdade” (ALVES, 2012, p.114).

Atuar com autoridade com as crianças não significa tolher qualquer ato de afeto e carinho, mas sim fazer o contrário, quem possui autoridade ouve e respeita a opinião do outro. A figura de autoridade deve auxiliar as crianças a compreenderem que seus direitos, assim como seus deveres, existem, e os dos outros também; que suas vontades e desejos nem sempre podem prevalecer; que algumas coisas podem ser feitas e outras, por um bem maior, não. E, acima de tudo, a figura de autoridade deve dar o exemplo, fazendo com que as crianças assimilem as mudanças que as regras acarretam, e construam novas maneiras de agir e pensar para que aos poucos construam sua autonomia.

O professor não pode deter o controle da conduta, das atitudes, do saber e das ações das crianças, pois quando elas sofrem coerção dos adultos (figuras de autoridade), numa relação de respeito unilateral, creem que somente eles (os adultos) possuem razão e suas afirmações são tidas como verdades absolutas.

A autoridade (ou o autoritarismo?) da professora fica evidente quando ela deixa clara a forma que utiliza para coagir e disciplinar as crianças, seja ameaçando-os de deixar o grupo, seja chamando o pai de Otávio à escola visando punição ao comportamento do menino. A entrevista e a (pouca) convivência com o grupo fez suscitar o pensamento: *Quem representa e exerce a figura de autoridade na turma, a professora ou Otávio?* A professora com suas atitudes se mostra autoritária querendo disciplinar o grupo através da força com ameaças constantes. Otávio, por sua vez, se mostra uma autoridade no assunto “Zumbis”, assim como no quesito “tirar a professora do sério” transgredindo as regras do grupo.

Quando as regras são transgredidas, deve-se “julgar” com coerência, estabelecendo “sanções por reciprocidade”, pois as crianças devem ser levadas a pensar compreendendo suas faltas e percebendo que devem corrigir sua conduta.

Para isso devem ser auxiliadas a construírem interiormente sua moral, com a finalidade de que não sejam apenas coagidas a seguirem esta ou aquela forma de agir que os outros determinam como corretas.

A autoridade que os adultos exercem sobre as crianças, as lições morais vêm sempre acompanhadas de castigos arbitrários em relação à natureza da “infração” cometida. A autoridade adulta sobre o pensamento infantil “não apenas prescinde de verificação racional, mas também retarda frequentemente o esforço pessoal e o controle mútuo das crianças”. (PIAGET, 1998, p. 118).

Quando o indivíduo é privado de (con) viver em um ambiente favorável para seu desenvolvimento autônomo, irá permanecer com muitas características da heteronomia. Não há desenvolvimento da autonomia em um ambiente em que prevalece o autoritarismo do professor, onde os alunos o veem como dono exclusivo do saber.

De acordo com a teoria piagetiana, os valores morais (e aí entram as regras, o respeito, etc) são construídos a partir da interação do indivíduo com os diversos grupos sociais (família, escola, círculo de amigos, entre outros) que está inserido, pois o desenvolvimento da autonomia está intimamente ligado nas relações de trocas e de reciprocidade. Para o autor, é inevitável o uso das sanções para manter a ordem e o respeito mútuo, porém quando assumida a sanção por reciprocidade, as crianças são levadas a constatar que seus comportamentos e ações comprometem e interferem no equilíbrio do grupo, e então a autonomia começa a aflorar.

Formar sujeitos autônomos só é possível quando a autoridade adulta é diminuída e se desenvolve o respeito mútuo entre adulto – criança e criança – criança, possibilitando construção de valores morais a partir de diálogos e ações que considerem suas opiniões e respeitem o grupo ao qual eles (os sujeitos) pertencem. O sujeito autônomo não é aquele que faz tudo o que deseja, que se governa sem se importar com as pessoas a sua volta. Pelo contrário, o sujeito autônomo sabe coordenar as regras, decisões e preferências de seu grupo social, agindo de maneira harmônica.

A partir dos dados coletados e dos estudos realizados fica evidente a importância das regras para a organização e para a vida em sociedade. É importante ressaltar que mesmo sendo elaboradas, planejadas e acordadas por e entre todos, nem sempre são cumpridas o tempo todo e por todos. Isto é, construir regras e respeitá-las são ações que se desenvolvem de maneira gradual e, assim

como em qualquer outro processo de aprendizagem, exigem tempo, acompanhamento e perseverança, tanto por parte das crianças quanto da professora. No ambiente escolar é necessário um exercício diário para que se efetuem ações de cooperação e respeito mútuo, associados ao desenvolvimento do senso crítico e de responsabilidade por seus atos, visando formar cidadãos autônomos, críticos e consciente, aptos a exercer, de maneira responsável, seus direitos e deveres.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **A escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir.** – 13 Ed. – Campinas, SP: Papyrus, 2012.

AQUINO, Julio G. **A desordem na relação professor-aluno.** In: AQUINO, Julio G. (org.). *Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas.* São Paulo: Summus, 1996.

AQUINO, Julio G. **Autoridade docente, autonomia discente.** In: AQUINO, Julio G. (org.). *Autoridade e autonomia na escola.* São Paulo: Summus, 1999.

ARAÚJO, Ulisses Ferreira de. **Moralidade e indisciplina: uma leitura possível a partir do referencial piagetiano.** In: AQUINO, J. RG (org.). *Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas.* São Paulo: Summus, 1996.

COLL, César. **Aprendizagem escolar e construção do conhecimento.** São Paulo: Editora Artmed, 1986.

CORAZZA, Sandra. **Manual infame...Mas útil, para escrever uma boa proposta de tese ou dissertação.** In: BIANCHETTI, L.; MACHADO, A.M.N. (Orgs.). *A bússula do escrever – desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações.* Florianópolis: UFSC; São Paulo: Cortez, 2002, p.358-365.

CORSARO, William A. **Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas.** *Educ. Soc., Campinas*, vol. 26, nº91, p. 443-464, maio/ago. 2005.

DUARTE, Rosália. **Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo.** *Cadernos de pesquisa*, nº115, p. 139-154, março/ 2002.

FÁVERO, Maria A. **Por uma pedagogia da autonomia moral: as conexões entre as teorias da moralidade de Piaget e Habermas.** Porto Alegre: UFRGS/FACED. 2005. Dissertação de Mestrado.

GUNTHER, Hartmut – **Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão?** Universidade de Brasília – Mai/Ago 2006, vol. 22 nº 2, PP.201 – 210.

HAGUETTE, Teresa M. F. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 1997.

HASHIMOTO, Cecília I. **A ética nossa de cada dia: o trabalho com os combinados e regras na educação infantil**. Disponível em: <http://ceciliaiacoponi.webs.com/aticanossadecadad.htm> Último acesso em: 30/06/2014.

LA TAILLE, Y. **Autoridade e limite: jornal da escola da vila**. São Paulo: n°2, 1994.

LA TAILLE, Y. **Autoridade na escola**. In: AQUINO, Julio G. (org.). *Autoridade e autonomia na escola*. São Paulo: Summus, 1999.

LA TAILLE, Y. **Centro de formação – Yves de La Taille – O que é regra?** Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mM-pMq_fLME Último acesso em: 30/06/2014.

LA TAILLE, Y. **Em busca dos valores morais e éticos**. Revista Direcional Escolas, ed. 5, jun. 2005.

LA TAILLE, Y. **Moral e ética: Dimensões intelectuais e afetivas**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LA TAILLE, Y. **Vergonha, a ferida moral**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MACEDO, L. **Ensaio Construtivistas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

MARQUES, Ana. ROCHA, Simone M. **A produção de sentidos nos contextos de recepção: em foco o grupo focal**. Revista Fronteiras – estudos midiáticos, São Leopoldo, v. 3, n°1, p. 38-53, jan./abril 2006.

OHLWEILER, Mariane I. FISCHER, Rosa M. B. **Autoridade, infância e “crise na educação”**. Cadernos de pesquisa. V. 43, n° 148, p. 220-239. Jan/abr. 2013.

PIAGET, Jean. **O juízo moral na criança**. São Paulo, Summus, 1994 (orig. 1932).

PIAGET, Jean. **Sobre a pedagogia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

QUEIROZ, M. I. P. **Relatos orais: do “invisível” ao “dizível”**. In: VON SIMSON. O. M (org. e intr.). Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil). São Paulo: Vértice. Editora Revista dos Tribunais. Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais. V.5, 1998. P.68-80.

REGO, Teresa. C.R. **A indisciplina e o processo educativo: uma análise na perspectiva Vygotskiana**. In: AQUINO, J. RG (org.). Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1996.

ZAGO, Nadir. **A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática**. In: ZAGO, N. CARVALHO, M. P. VILELA, R. A. (Orgs.). Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO



TERMO DE AUTORIZAÇÃO

A proposta de pesquisa que realizo para a escrita do Trabalho Final do Curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, intitulada *“Regras e combinações no ambiente escolar: A participação das crianças na construção das regras e combinados no ambiente escolar”* investiga se as crianças vêm sendo envolvidas no processo de elaboração das regras e combinados que organizam a vida cotidiana de um grupo de alunos e sua professora e da escola como um todo e, se sim, de que maneiras os educadores vêm organizando essa participação.

Assim, com o consentimento e autorização da direção da escola, da professora e dos responsáveis pelas crianças da turma _____, observarei e entrevistarei esta professora e o grupo de crianças, no período da tarde, durante _____ dias, entre os meses de abril e maio de 2014.

Comprometo-me a respeitar os valores éticos que permeiam este tipo de trabalho, efetuando pessoalmente as observações e entrevistas com o grupo.

Os dados gerados a partir dos encontros serão analisados e utilizados na realização desta pesquisa e poderão ser utilizados em aulas, palestras, seminários, e integrar alguma publicação. O sigilo será preservado, não sendo mencionados os nomes dos participantes e da escola em nenhuma apresentação oral ou trabalho escrito que venha a ser publicado.

A participação nesta pesquisa não oferece risco ou prejuízo à pessoa entrevistada/observada.

Como pesquisadora e responsável por tal pesquisa, comprometo-me a responder e esclarecer qualquer dúvida ou necessidade que o participante ou seus responsáveis venham a ter no momento da pesquisa, ou sempre que julgarem necessário, através do telefone 51-96228896 ou pelo endereço eletrônico cindyanunes@gmail.com.

Após ter sido devidamente informado de todos os aspectos desta pesquisa e ter esclarecido minhas dúvidas,

Eu, _____, RG sob o número _____, diretora da Escola _____, concordo que a pesquisa seja realizada em minha escola.

Assinatura da participante-Diretora da escola.

Assinatura da pesquisadora- Cindy Nunes

Assinatura do orientador da pesquisa- Prof. Dr. Gabriel de Andrade Junqueira Filho.

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO



TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

A proposta de pesquisa que realizo para a escrita do Trabalho Final do Curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, intitulada *“Regras e combinações no ambiente escolar: A participação das crianças na construção das regras e combinados no ambiente escolar”* investiga se as crianças vêm sendo envolvidas no processo de elaboração das regras e combinados que organizam a vida cotidiana de um grupo de alunos e sua professora e da escola como um todo e, se sim, de que maneiras os educadores vêm organizando essa participação.

Assim, com o consentimento e autorização da direção da escola, da professora e dos responsáveis pelas crianças da turma _____, observarei e entrevistarei esta professora e o grupo de crianças, no período da tarde, durante _____ dias, entre os meses de abril e maio de 2014.

Comprometo-me a respeitar os valores éticos que permeiam este tipo de trabalho, efetuando pessoalmente as observações e entrevistas com o grupo.

Os dados gerados a partir dos encontros serão analisados e utilizados na realização desta pesquisa e poderão ser utilizados em aulas, palestras, seminários, e integrar alguma publicação. O sigilo será preservado, não sendo mencionados os nomes dos participantes e da escola em nenhuma apresentação oral ou trabalho escrito que venha a ser publicado.

A participação nesta pesquisa não oferece risco ou prejuízo à pessoa entrevistada/observada.

Como pesquisadora e responsável por tal pesquisa, comprometo-me a responder e esclarecer qualquer dúvida ou necessidade que o participante ou seus

responsáveis venham a ter no momento da pesquisa, ou sempre que julgarem necessário, através do telefone 51-96228896 ou pelo endereço eletrônico cindyanunes@gmail.com.

Após ter sido devidamente informado de todos os aspectos desta pesquisa e ter esclarecido minhas dúvidas,

Eu, _____, RG sob o número _____, professora da turma _____ concordo participar do Projeto de Pesquisa.

Assinatura da Participante - Educadora.

Assinatura da pesquisadora- Cindy Nunes

Assinatura do orientador da pesquisa- Profº Dr. Gabriel de Andrade Junqueira Filho.

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO



TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

A proposta de pesquisa que realizo para a escrita do Trabalho Final do Curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, intitulada *“Regras e combinações no ambiente escolar: A participação das crianças na construção das regras e combinados no ambiente escolar”* investiga se as crianças vêm sendo envolvidas no processo de elaboração das regras e combinados que organizam a vida cotidiana de um grupo de alunos e sua professora e da escola como um todo e, se sim, de que maneiras os educadores vêm organizando essa participação.

Assim, com o consentimento e autorização da direção da escola, da professora e dos responsáveis pelas crianças da turma _____, observarei e entrevistarei esta professora e o grupo de crianças, no período da tarde, durante _____ dias, entre os meses de abril e maio de 2014.

Comprometo-me a respeitar os valores éticos que permeiam este tipo de trabalho, efetuando pessoalmente as observações e entrevistas com o grupo.

Os dados gerados a partir dos encontros serão analisados e utilizados na realização desta pesquisa e poderão ser utilizados em aulas, palestras, seminários, e integrar alguma publicação. O sigilo será preservado, não sendo mencionados os nomes dos participantes e da escola em nenhuma apresentação oral ou trabalho escrito que venha a ser publicado.

A participação nesta pesquisa não oferece risco ou prejuízo à pessoa entrevistada/observada.

Como pesquisadora e responsável por tal pesquisa, comprometo-me a responder e esclarecer qualquer dúvida ou necessidade que o participante ou seus

responsáveis venham a ter no momento da pesquisa, ou sempre que julgarem necessário, através do telefone 51-96228896 ou pelo endereço eletrônico cindyanunes@gmail.com.

Após ter sido devidamente informado de todos os aspectos desta pesquisa e ter esclarecido minhas dúvidas,

Eu, _____, RG sob o número _____, concordo que _____ sob minha responsabilidade e guarda participe do Projeto de Pesquisa.

Assinatura dos pais ou responsáveis.

Assinatura da pesquisadora- Cindy Nunes

Assinatura do orientador da pesquisa- Profº Dr. Gabriel de Andrade Junqueira Filho.

ANEXOS

ANEXO 1 – FOTOS DAS PRODUÇÕES FEITAS PELOS ALUNOS PARA CONSENTIR COM A ENTREVISTA

